

Uso indiscriminado do Cloridrato de Metilfenidato: uma revisão de literatura

Deldy Moura Pimentel

Centro Universitário Ateneu (UniATENEU), Fortaleza, CE, Brasil

Markênia Kélia Santos Alves Martins

Centro Universitário Ateneu (UniATENEU), Fortaleza, CE, Brasil

Ana Isabelle de Gois Queiroz

Centro Universitário Ateneu (UniATENEU), Fortaleza, CE, Brasil

Alexandre Pinheiro Braga

Centro Universitário Ateneu (UniATENEU), Fortaleza, CE, Brasil

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar as consequências do uso indiscriminado do Cloridrato de Metilfenidato, especialmente no contexto do uso não terapêutico por estudantes universitários que buscam aumento de desempenho acadêmico. Trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo revisão de literatura, com levantamento e análise crítica de artigos científicos, documentos oficiais e fontes atualizadas sobre o uso do Cloridrato de Metilfenidato fora de suas indicações clínicas. A seleção do material considerou publicações nacionais e internacionais indexadas nas principais bases de dados da área da saúde. A análise evidenciou que, embora o medicamento apresente eficácia comprovada no tratamento do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), seu uso fora desse contexto tem se ampliado de forma preocupante. Os resultados apontam que o uso indiscriminado, principalmente sem prescrição médica, pode acarretar diversos efeitos adversos, como distúrbios cardiovasculares, alterações no sono, dependência psíquica, além de impactos negativos à saúde mental dos usuários. Diante dos riscos associados ao uso não supervisionado do Cloridrato de Metilfenidato, destaca-se a importância da atuação do farmacêutico na promoção do uso racional de medicamentos, bem como no desenvolvimento de ações educativas que conscientizem sobre os perigos do uso indevido.

Palavras-chave: Cloridrato de metilfenidato. Ritalina. TDAH.

Indiscriminate use of methylphenidate hydrochloride: literature review

ABSTRACT

This study aims to analyze the consequences of the indiscriminate use of methylphenidate hydrochloride, especially in the context of non-therapeutic use by university students seeking to improve their academic performance. This is a qualitative literature review study, incorporating a survey and critical analysis of scientific articles, official documents, and

updated sources on the off-label use of methylphenidate hydrochloride. The selection of material, considered national and international publications, is indexed in the main health databases. The analysis showed that, although the drug has proven efficacy in the treatment of Attention Deficit Hyperactivity Disorder (ADHD), its use outside this context has expanded worryingly. The results indicate that indiscriminate use, especially without a prescription, can cause several adverse effects, such as cardiovascular disorders, sleep disturbances, psychological dependence, and negative impacts on users' mental health. Given the risks associated with the unsupervised use of methylphenidate hydrochloride, pharmacists need to promote the rational use of medications and develop educational initiatives to raise awareness about the dangers of misuse.

Keywords: Methylphenidate hydrochloride. Ritalin. ADHD.

1 – INTRODUÇÃO

O Cloridrato de Metilfenidato, comercializado sob o nome Ritalina, é um psicotrópico amplamente utilizado no tratamento do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), bem como em casos de narcolepsia. Seu princípio ativo foi sintetizado por Leandro Panizzon, farmacêutico da antiga empresa CIBA — atual Novartis S/A —, tendo sua produção iniciada após o registro de patente em 1954. Curiosamente, o nome comercial do medicamento foi inspirado no apelido da esposa do pesquisador, Marguerite, chamada carinhosamente de “Rita” (Cerqueira; Almeida; Cruz Junior, 2021).

O TDAH é um transtorno neurobiológico de início na infância, caracterizado por sintomas persistentes de desatenção, impulsividade e hiperatividade, com possíveis repercussões no desenvolvimento acadêmico, profissional e social. Seu diagnóstico costuma ocorrer por volta dos seis anos de idade, e o tratamento frequentemente inclui o uso do metilfenidato, visando ao aumento da atenção e concentração, bem como à redução da hiperatividade (Cerqueira; Almeida; Cruz Junior, 2021).

No Brasil, o Cloridrato de Metilfenidato passou a ser comercializado em 1988, com sua dispensação regulamentada pela Portaria nº 344/98 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Classificado como psicotrópico de controle especial (lista A3), seu fornecimento depende de prescrição por meio de receita tipo A (amarela), com validade de 30 dias em todo o território nacional (Madrugá; Souza, 2009; Itaborahy; Ortega, 2013). Além disso, a substância foi incluída pela Organização das Nações Unidas na Convenção de Substâncias Psicotrópicas

de 1971, ratificando o compromisso do Brasil quanto ao controle rigoroso de seu uso, dado o potencial risco de abuso e dependência (Brunton; Chabner; Knollmann, 2012).

Apesar de sua indicação terapêutica restrita, a ANVISA tem relatado um crescimento expressivo na dispensação do metilfenidato em diferentes estados brasileiros, o que motivou a ampliação das medidas de fiscalização (ANVISA, 2010). Tal aumento levanta a hipótese de desvio de finalidade, uma vez que o medicamento tem sido utilizado por indivíduos sem diagnóstico de TDAH, especialmente entre estudantes universitários, com o intuito de melhorar o rendimento acadêmico, manter o foco nos estudos, aumentar a produtividade e até mesmo como recurso para emagrecimento (Rocha et al, 2020).

O uso não terapêutico do metilfenidato, motivado por benefícios cognitivos supostamente associados ao seu consumo, desconsidera os potenciais efeitos adversos à saúde física e mental, particularmente em indivíduos saudáveis. Essa prática, além de ilegal, configura um problema de saúde pública que exige atenção multiprofissional, sobretudo em espaços educacionais (Nasário; Matos, 2022).

Diante desse cenário, este artigo justifica-se pela necessidade de compreensão mais profunda sobre os impactos do uso indiscriminado do Cloridrato de Metilfenidato, especialmente em ambientes acadêmicos. O problema central da pesquisa consiste em investigar: Quais são as consequências do uso não terapêutico do Cloridrato de Metilfenidato entre estudantes universitários no Brasil e qual o papel do farmacêutico diante desse contexto?

Assim, este trabalho tem como objetivo geral analisar as consequências do uso indiscriminado do Cloridrato de Metilfenidato por estudantes universitários. Além de buscar avaliar os impactos físicos e mentais decorrentes do uso não terapêutico da substância, discutir as motivações associadas ao seu consumo em instituições de ensino superior e destacar a importância do Cuidado Farmacêutico na promoção do uso racional de medicamentos. A atuação do farmacêutico, nesse contexto, é fundamental para orientar, acompanhar e educar a população quanto ao uso seguro e consciente dos medicamentos, prevenindo abusos, interações medicamentosas e efeitos adversos evitáveis (Bužančić; Pejaković; Hadžiabdić, 2022).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Uso do Cloridrato de Metilfenidato no Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH

Nos últimos anos, o Cloridrato de Metilfenidato tem se consolidado como um dos medicamentos psicoestimulantes mais prescritos no tratamento do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), especialmente em crianças e adolescentes (Cesar et al., 2012). No Brasil, observou-se um crescimento exponencial no consumo dessa substância ao longo das últimas décadas, o que levanta preocupações quanto ao seu uso racional. Segundo dados apresentados por Calazans et al. (2012), a comercialização do fármaco aumentou 1024% entre os anos de 2000 e 2004, com um acréscimo adicional de 940% no período subsequente, de 2004 a 2008. Corroborando esse cenário, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA, 2012) apontou, entre 2009 e 2011, um crescimento contínuo nas prescrições do medicamento, especialmente para crianças na faixa etária entre 6 e 16 anos.

O TDAH é definido como um transtorno do desenvolvimento neurológico, caracterizado por sintomas persistentes de desatenção, impulsividade e hiperatividade, que comprometem significativamente o funcionamento acadêmico, familiar e social da criança. Trata-se de uma desordem comportamental associada a disfunções no sistema inibitório e no planejamento cognitivo, dificultando a organização de tarefas e o controle de impulsos (Cerqueira; Almeida; Cruz Junior, 2021).

O mecanismo de ação do Cloridrato de Metilfenidato justifica sua eficácia no tratamento do TDAH. O fármaco atua inibindo a enzima monoaminoxidase (MAO), que normalmente é responsável pela degradação e recaptação de neurotransmissores na fenda sináptica. Essa inibição promove o acúmulo de dopamina e noradrenalina no sistema nervoso central, contribuindo para a melhora da atenção, controle dos impulsos e aumento do estado de alerta. Além disso, estudos sugerem que, quando utilizado de forma adequada, o metilfenidato pode melhorar a memória em situações de estresse e potencializar a inteligência espacial (Andrade, 2018).

O metilfenidato atua como um potente inibidor da recaptação de catecolaminas, com ação agonista sobre os receptores alfa e beta-adrenérgicos. Ao bloquear a recaptação de dopamina e noradrenalina nas terminações pré-sinápticas, a substância eleva a concentração desses neurotransmissores na fenda sináptica, intensificando sua ação sobre o sistema nervoso central. Essa atividade farmacológica resulta em maior capacidade de concentração, melhora no desempenho cognitivo e maior controle motor e comportamental. Sua concentração plasmática máxima é alcançada em aproximadamente duas horas após a administração oral, e a dose máxima recomendada para adultos é de 90 mg por dia (Brunton, Chabner, Knollmann, 2012).

2.2 As consequências do uso abusivo de cloridrato de metilfenidato para fins não terapêuticos no ambiente universitário

O metilfenidato é atualmente o estimulante mais consumido no mundo, sendo classificado como uma substância de controle especial devido ao seu potencial de abuso e risco de dependência, especialmente em usos prolongados. No Brasil, sua dispensação está regulamentada pela Portaria nº 344/98 da ANVISA, sendo permitida apenas mediante retenção da receita médica, o que reforça a necessidade de vigilância quanto ao seu uso. Ainda assim, observa-se um crescimento preocupante do consumo do medicamento por indivíduos sem diagnóstico de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), especialmente com o objetivo de melhorar o desempenho cognitivo. Esse uso desviado expõe essas pessoas a diversos riscos à saúde física e mental. O consumo indiscriminado, sem o acompanhamento profissional adequado, pode desencadear uma série de reações adversas ao longo do tempo (Nasário; Matos, 2022).

O cenário contemporâneo, marcado por um ritmo acelerado de vida e pela alta competitividade, exige resultados rápidos e de alta qualidade, o que tem incentivado o uso de estratégias para aumento de desempenho — inclusive à custa da saúde. A busca por sucesso e produtividade tem contribuído para o desvio do uso de psicotrópicos, originalmente indicados para o alívio de sofrimento psíquico, mas que passaram a ser utilizados como ferramentas para potencialização do desempenho acadêmico e profissional. Essa realidade tem se refletido especialmente em ambientes universitários, onde as exigências acadêmicas, somadas a rotinas exaustivas, favorecem a propagação do uso de substâncias psicoativas (SPAs) (Andrade, 2018).

No ambiente acadêmico, a pressão por alto rendimento pode gerar um cenário de competição, mesmo em espaços que valorizam o aprendizado e a pesquisa. Diante disso, alguns estudantes recorrem às SPAs com a intenção de ampliar suas capacidades mentais, estudar por mais tempo e otimizar sua produtividade nos estudos (Finger; Silva; Falavigna, 2013). O metilfenidato, nesse contexto, tornou-se popular pela sua eficácia comprovada no tratamento do TDAH, sendo amplamente prescrito para melhoria de aspectos cognitivos, emocionais e sociais. No entanto, seu uso com o objetivo de ampliar as capacidades mentais a despeito do diagnóstico de um transtorno mental, representa um risco significativo à saúde (Andrade et al., 2018).

Diversos efeitos adversos podem surgir mesmo com o uso de curto prazo do metilfenidato fora de suas indicações terapêuticas. Entre os mais frequentes estão: alterações de humor, insônia, cefaleia, dores abdominais, redução do apetite, náuseas, irritabilidade, elevação da pressão arterial, taquicardia, dilatação pupilar e aumento da temperatura corporal. Há ainda relatos de alucinações e distúrbios cardiovasculares, além do risco de dependência química (Madriaga; Senna Junior, 2021). A longo prazo, os danos podem ser ainda mais graves, incluindo prejuízos hepáticos, renais e pulmonares, confusão mental, perda de peso acentuada, fadiga extrema, danos cerebrais, dentre outros. Doses elevadas do fármaco podem inclusive levar à morte. Pastura e Mattos (2004) destacam três riscos principais associados ao uso crônico da substância: dependência química, complicações cardiovasculares e prejuízo ao crescimento linear.

Embora o uso do metilfenidato esteja em ascensão no meio acadêmico, Rocha et al. (2020) apontam que não há evidências científicas consistentes que comprovem benefícios reais do uso *off label*, ou seja, fora da indicação terapêutica, entre indivíduos saudáveis. Mesmo com o conhecimento dos efeitos colaterais, muitos estudantes mantêm o uso, o que indica uma banalização do consumo do medicamento. Dados de uma pesquisa quantitativa apontam que, em 2016, o consumo de metilfenidato aumentou 82,8% entre usuários do sexo masculino (Cheffer et al., 2021), evidenciando um padrão preocupante.

Esse aumento expressivo tem despertado atenção e motivado debates sobre os riscos do uso inadequado de medicamentos psicoativos. A internet, enquanto ferramenta de ampla disseminação de informações, contribui para esse cenário ao veicular conteúdos que, muitas vezes, enaltecem os efeitos desejáveis de determinadas substâncias — como aumento de concentração, foco e memória — sem esclarecer adequadamente os riscos e as indicações

clínicas corretas. Termos como “nootrópicos” e “smart drugs” têm ganhado destaque em plataformas digitais, promovendo a busca por substâncias que potencializam funções cognitivas, mesmo sem respaldo médico (Castro; Brandão, 2020).

Diante disso, é fundamental fortalecer ações de educação em saúde e de promoção do uso racional de medicamentos, especialmente no ambiente universitário, a fim de prevenir o uso indevido do metilfenidato e minimizar seus impactos à saúde individual e coletiva.

3 – METODOLOGIA

Nesta seção são apresentados os procedimentos metodológicos aplicados ao estudo desenvolvido.

3.1 Tipo de pesquisa

Trata-se de uma revisão narrativa de literatura com abordagem qualitativa. Sousa, Silva e Carvalho (2010, p.102) definem esse tipo de revisão como sendo “[...] um método que proporciona a síntese de conhecimento e a incorporação da aplicabilidade de resultados de estudos significativos na prática.” O estudo foi realizado por meio das bases de dados Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs), *Scientific Electronic Library Online* (Scielo) e Google acadêmico, além de livros, bulas e legislação, entre outros.

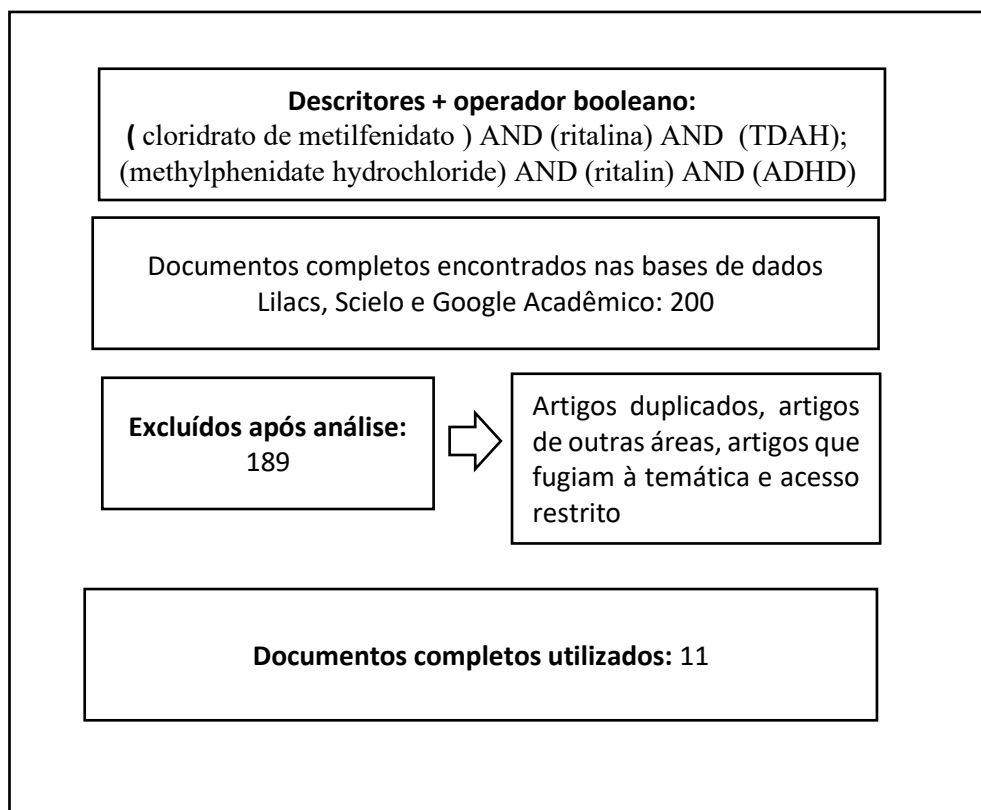
3.2 Procedimentos de análise de dados

Ao todo foram analisados e utilizados na pesquisa um total de 11 artigos, com conteúdo disponibilizado na íntegra, gratuitos, redigidos em Língua Portuguesa e Inglesa, prevalecendo os que estavam dentro do período dos últimos 20 anos (2004-2024), pois foi um período que acompanha o traço temporal de perfil de uso aliado as tendências sanitárias e históricas relacionadas ao uso do metilfenidato, e que atenderam aos critérios de inclusão, conforme apresentados na figura 1.

Figura 1 - Processo de busca nas bases de dados

<https://periodicos.uniateneu.edu.br/index.php/RICIS/index>





Fonte: Elabora pelos autores (2025)

4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram encontrados 200 artigos na base de dados mencionadas na metodologia, e desse total foram excluídos 157 por titulação e resumo, restando 46 que foram analisados por completo, sendo 11 excluídos por similaridade aos que haviam sido escolhidos e 18 por não corresponderem com o foco proposto do artigo, restando 11 que serviram de embasamento para a pesquisa e estruturação do tema proposto. Os documentos utilizados estão dispostos no Quadro 1.

Quadro 1 - Documentos utilizados para compor a amostra da pesquisa

AUTOR E ANO	TÍTULO	OBJETIVO	RESULTADOS	METODOLOGIA
PASTURA; MATTOS, 2004.	Efeitos colaterais do metilfenidato.	Revisar os principais efeitos colaterais do metilfenidato em curto e longo prazos, no tratamento de crianças com TDAH.	O perfil de efeitos colaterais do metilfenidato é seguro, não parecendo justificar o seu uso constricto no Brasil, antes os benefícios robustos amplamente demonstrados na literatura.	Revisão de literatura nos últimos doze anos através de pesquisa no Medline e Lilacs.
ALDRIGUE, 2006.	Análise da Completude de Prescrições Médicas Dispensadas em uma Farmácia Comunitária de Fazenda Grande.	O objetivo deste estudo foi avaliar a complexidade de prescrições médicas em uma Farmácia Comunitária, com finalidade de conhecer seu perfil e as falhas frequentemente encontradas.	As prescrições médicas estudadas não fornecem todas as informações necessárias para uma utilização correta e segura dos medicamentos. Isso faz com que a avaliação farmacêutica das receitas e a complementação de informações ao usuário sejam obrigatórias.	Estudo transversal em uma farmácia comunitária do município de Fazenda Rio Grande, região metropolitana de Curitiba (Brasil)
FINGER; SILVA; FALAVIGNA, 2012.	Uso de metilfenidato entre estudantes de medicina: revisão sistemática	Revisar os efeitos do metilfenidato no aprimoramento cognitivo, memória e desempenho em estudantes de medicina.	A prevalência do uso entre estudantes de medicina chegou a 16%, sem diferença de gênero. A maioria dos estudantes começou a usar a droga após ingressar na universidade, e os motivos citados para justificá-la estão relacionados à melhora do desempenho acadêmico.	Foi realizada uma pesquisa sistemática em quatro bases de dados (LILACS, PubMed, ScienceDirect e SciELO), incluindo todos os artigos publicados entre 1990 e 2011, escritos em inglês, português ou espanhol.
ANDRADE <i>et al.</i> , 2018	Ritalina, uma droga que ameaça a inteligência.	Analisa o uso e efeitos colaterais do metilfenidato em pessoas portadores do TDAH e em pessoas saudáveis.	Conclui-se que o uso indiscriminado do medicamento está cada vez mais aumentando, podendo se tornar um problema de saúde Pública.	Revisão de literatura utilizando como base de dados: PUBMED, MEDLINE, LILACS e Science
CASTRO; BRANDÃO, 2020.	Aprimorament o cognitivo e uso de substâncias: um estudo em torno da divulgação midiática brasileira sobre “smart drugs”.	O objetivo deste artigo foi analisar a difusão do uso de medicamentos para aprimoramento cognitivo.	As evidências observadas permitem apontar para analogias que devem ser abordadas em estudos futuros e que vão além da partilha moral que separa o lícito do ilícito. Nesse sentido, as racionalidades que direcionam a gestão desses usos ainda têm muito a explicitar sobre o entendimento dessas práticas.	Pesquisa qualitativa documental, baseada em materiais de divulgação científica que compreendem reportagens publicadas entre os anos de 2009 e 2017, em veículos de mídia reconhecidos nacionalmente.
ROCHA et al., 2020.	Metilfenidato: uso prescrito versus uso indiscriminado por acadêmicos de medicina	Investigar o uso deste medicamento por acadêmicos do curso de medicina de uma instituição privada em Goiás, do primeiro ao oitavo períodos.	532 pessoas participaram, 512 conheceram o medicamento, 202 conhecem seu mecanismo de ação e 154 fizeram uso do metilfenidato, sendo que 106 foram sem prescrição médica. Dos que utilizaram o medicamento indiscriminado,	Pesquisa do tipo descritivo e transversal com uma amostra de conveniência de estudantes de medicina do primeiro ao oitavo períodos que concordaram em

			92 relataram aumento de concentração e 55 apresentaram efeitos.	participar. O instrumento de pesquisa foi o questionário
CERQUEIRA et al.,2021	O uso indiscriminado de Metilfenidato e lisdexanfetamina por estudantes universitários para aperfeiçoamento cognitivo.	Avaliar o princípio ativo, mecanismo de ação e frequência de uso e os possíveis riscos da utilização inadequada do metilfenidato é da lisdexanfetamina por estudantes universitários para o aprimoramento cognitivo.	Foi possível concluir que existe prevalência do uso de estimulante do SNC, por estudantes universitários, com intuito de potencializar a concentração nos estudos.	Revisão bibliográfica narrativa, escrita a partir de trabalhos científicos divulgados nas bases de dados: Scientific Eletronic Library Online (SciELO), PePSIC da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e PUBMED
CHEFFER et al, 2021.	Utilização do metilfenidato por usuários do sistema público de saúde em municípios da região Oeste do Paraná.	Caracterizar a utilização de metilfenidato em um município da região Oeste do Paraná, a partir da dispensação do medicamento pela farmácia pública de medicamentos especiais.	A caracterização da utilização de metilfenidato na realidade estudada confirma o pressuposto de que o número de prescrição do metilfenidato tem aumentado, especialmente entre os escolares.	Estudo descritivo, de caráter quantitativo utilizando-se de fontes documentais. Os dados foram coletados no arquivo da farmácia de medicamentos especiais da Prefeitura Municipal de Cascavel/PR, no recorte temporal de 2014 a 2016; foram sistematizados em tabelas e gráficos e analisados com amparo na produção científica da área, comparando-os a estudos e levantamentos de cunho nacional
NASÁRIO; MATOS, 2022.	Uso não prescrito de Metilfenidato e desempenho acadêmico de estudantes de medicina.	O objetivo deste estudo foi investigar a relação entre o não prescrito de metilfenidato e o desempenho acadêmico de estudantes de medicina de uma universidade do sul de Santa Catarina.	Os resultados corroboram a hipótese de efeito relacionado a sensações de bem-estar em pessoas saudáveis, o que torna preocupante a injustificada exposição aos efeitos da droga.	Pesquisa descritiva com abordagem quantitativa, dados coletados por meio de questionário
BUZANCIC; PEJAKOVIC; HADZIABDIC,2022.	Necessidade de prescrição de benzodiazepínicos na pandemia de COVID-19: um estudo de coorte.	Explorar se a pandemia influenciou o uso e a prescrição de psicofármacos e aumentou a necessidade do envolvimento do farmacêutico comunitário no aconselhamento sobre a prescrição.	Foram identificados 1.290 usuários de benzodiazepínicos; destes, 32,87% iniciaram o uso de benzodiazepínicos durante o período da COVID-19, enquanto 35,2% continuaram com o uso de benzodiazepínicos. Mais da metade de todos os usuários de benzodiazepínicos foram identificados como potenciais candidatos à prescrição (dispensaram mais de três prescrições).	Os dados relacionados com a prescrição eletrônica de uma farmácia na Croácia foram recolhidos retrospectivamente para o período da COVID-19 (abril de 2020 a março de 2021) e comparados com dados pré-COVID-19 (abril de

				2019 a março de 2020).
ANDRADA <i>et al.</i> , 2023.	O uso da Ritalina em pacientes com TDAH.	Apresentar o mecanismo de ação da Ritalina, efeitos farmacológicos durante o tratamento de pacientes com TDAH e aborda seus possíveis efeitos colaterais.	Conclui que o uso da Ritalina é específico para tratamento do TDAH e Narcolepsia.	Revisão de literatura utilizando como base de dados: PUBMED, MEDLINE, LILACS e Science

Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

No quadro acima apresentado, são detalhados os autores e os respectivos anos de publicação dos artigos utilizados na construção deste estudo. Cada obra selecionada foi analisada com base em seus objetivos, os quais contribuíram para sua inclusão nesta revisão, por apresentarem relevância em relação à temática proposta. Os resultados foram discutidos à luz de duas categorias analíticas: “Uso do Metilfenidato no Contexto Acadêmico: Prescrição Terapêutica, Consumo Indevido e o Papel do Farmacêutico” e “A Importância da Orientação Farmacêutica para o Uso Racional do Metilfenidato”, possibilitando uma reflexão mais aprofundada sobre os diferentes aspectos envolvidos no uso desse medicamento.

A escolha por organizar a discussão dos resultados em duas categorias analíticas visa proporcionar uma análise mais estruturada, coerente e abrangente do fenômeno estudado, permitindo destacar diferentes dimensões do uso do metilfenidato que emergiram na revisão da literatura.

4.1. Uso do Metilfenidato no Contexto Acadêmico: Prescrição Terapêutica, Consumo Indevido e o Papel do Farmacêutico

A análise dos estudos selecionados revelou um cenário complexo sobre o uso do metilfenidato, abrangendo desde sua prescrição terapêutica até seu consumo não indicado, especialmente no ambiente acadêmico. Verifica-se, ao longo das últimas décadas, um aumento expressivo tanto na prescrição quanto no uso indevido do fármaco, fato que demanda atenção das autoridades sanitárias e da comunidade científica (Pastura & Mattos, 2004).

Em estudos voltados para a análise de prescrições médicas, observou-se que muitas delas são preenchidas de forma incompleta, o que compromete a segurança do uso de medicamentos como o metilfenidato. Esse problema evidencia a importância da atuação do

farmacêutico na orientação ao paciente, bem como a necessidade de prescrições mais criteriosas e claras por parte dos profissionais de saúde (Aldrigué, 2006).

Entre os universitários, sobretudo estudantes de medicina, há uma prevalência considerável do uso do metilfenidato com o objetivo de melhorar o desempenho acadêmico. A maior parte desses estudantes inicia o consumo após o ingresso na universidade, motivada pela busca por concentração, produtividade e resultados imediatos, mesmo sem diagnóstico clínico que justifique a utilização do medicamento (Finger, Silva & Falavigna, 2012).

Outros estudos apontam que o uso indiscriminado do metilfenidato, sem prescrição ou acompanhamento médico, tem se tornado cada vez mais comum. Tal comportamento representa riscos importantes à saúde, uma vez que o uso não supervisionado da substância pode desencadear diversos efeitos adversos e, em longo prazo, contribuir para a dependência química (Andrade et al., 2018).

A forma como a mídia brasileira trata os chamados “medicamentos da inteligência” também influencia o consumo de substâncias como o metilfenidato. A naturalização desses produtos como ferramentas para melhorar a performance contribui para o uso fora do contexto médico, especialmente entre jovens que buscam soluções rápidas para lidar com as pressões acadêmicas (Castro & Brandão, 2020).

Estudos empíricos realizados com estudantes universitários demonstraram que uma parcela significativa dos usuários de metilfenidato não possui prescrição médica. Apesar de relatarem melhora da concentração, muitos também experimentaram efeitos adversos, o que confirma o uso sem orientação como uma prática de risco e que requer intervenção institucional (Rocha et al., 2020).

Outros trabalhos também indicam que o uso do metilfenidato entre estudantes é motivado pela tentativa de potencializar o rendimento cognitivo, mesmo sem necessidade clínica comprovada. Tal prática está relacionada à busca por maior foco, atenção e desempenho acadêmico, mas pode acarretar prejuízos à saúde física e mental dos usuários (Cerqueira et al., 2021).

No contexto da atenção básica e da assistência farmacêutica, foram identificados aumentos significativos na prescrição do metilfenidato, inclusive entre crianças em idade escolar. Esse crescimento levanta dúvidas sobre os critérios diagnósticos utilizados e reforça a importância de uma análise crítica sobre a prescrição do medicamento (Cheffer et al., 2021).

A utilização do metilfenidato sem prescrição também tem sido associada à sensação de bem-estar e à melhora do desempenho acadêmico entre estudantes de medicina. Apesar desses efeitos relatados, o uso indevido do medicamento expõe os usuários a diversos riscos que poderiam ser evitados com orientações adequadas e acompanhamento profissional (Nasário & Matos, 2022).

Mesmo reconhecendo os benefícios do metilfenidato em casos específicos como TDAH e narcolepsia, é necessário que sua indicação seja feita de forma criteriosa, evitando a banalização do seu uso. A segurança do tratamento depende de um diagnóstico correto e de um acompanhamento constante ao longo do tempo (Andrada et al., 2023).

Por fim, embora o foco de alguns estudos seja outro grupo de medicamentos, como os benzodiazepínicos, reforça-se a importância do papel do farmacêutico na orientação de pacientes em uso de psicofármacos. Essa atuação também é crucial no caso do metilfenidato, dada sua ampla utilização e os riscos associados ao seu consumo indiscriminado (Buzancic, Pejakovic & Hadziabdic, 2022).

4.2 A Importância da Orientação Farmacêutica para o uso racional do metilfenidato

O uso racional de medicamentos é um dos pilares fundamentais para as políticas públicas de saúde, conforme destacado pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Segundo a Política Nacional de Medicamentos (PNM), o uso racional envolve a prescrição adequada, a dispensação em quantidades convenientes, preços acessíveis e em condições que garantam a segurança e eficácia do tratamento. Para isso, a prescrição deve ser seguida rigorosamente quanto à dose, intervalos e duração, assegurando que os medicamentos sejam de qualidade e seguros para os pacientes (Brasil, 2022).

Nesse contexto, o farmacêutico desempenha um papel estratégico fundamental para garantir o uso racional dos medicamentos, incluindo o metilfenidato. Conforme orientações do Conselho Federal de Farmácia, este profissional é habilitado para realizar a dispensação e exercer a atenção farmacêutica, oferecendo orientações que asseguram o correto entendimento da prescrição médica e auxiliam na adaptação ou esclarecimento de dúvidas, sempre em comunicação com o médico responsável quando necessário (Conselho Federal de Farmácia, 2004). No caso do metilfenidato, é imprescindível que o paciente seja informado sobre

contraindicações e possíveis efeitos adversos, assegurando sua consciência quanto aos riscos e benefícios da terapia (Anvisa, 2013).

A prática do cuidado farmacêutico visa priorizar o paciente, envolvendo compromissos, responsabilidades e habilidades do profissional farmacêutico na gestão da farmacoterapia, buscando resultados positivos e a melhoria da qualidade de vida (Conselho Federal de Farmácia, 20013). Em relação a medicamentos controlados, como o metilfenidato, a dispensação deve ser realizada exclusivamente por farmacêuticos, mediante apresentação da receita tipo A3, emitida por profissional habilitado. O farmacêutico, neste processo, tem a responsabilidade de orientar o paciente sobre o uso correto do medicamento, promovendo esclarecimentos e evitando riscos associados ao uso inadequado (Aldrigue et a., 2006; Rapkiewicz; Grobe, 2015).

A presença do farmacêutico no acompanhamento terapêutico é crucial, pois este profissional está mais acessível à população e pode oferecer informações detalhadas sobre o mecanismo de ação do metilfenidato, dosagens apropriadas, indicações e contraindicações. Tal acompanhamento contribui para o bem-estar do paciente, sua segurança e para a conscientização quanto ao uso racional do medicamento, promovendo, assim, melhor qualidade de vida (Bužančić; Pejaković; Hadžiabdić, 2022).

Os resultados dos estudos analisados reforçam essa necessidade de atuação farmacêutica robusta, especialmente diante do aumento do uso indiscriminado do metilfenidato para fins não terapêuticos entre estudantes universitários. A orientação e o acompanhamento farmacêutico podem minimizar os riscos à saúde associados a essa prática, garantindo que o medicamento seja utilizado de forma segura e eficaz, conforme indicado clinicamente.

5 – CONCLUSÃO

A presente revisão permitiu reunir e analisar evidências relevantes sobre o perfil de uso do metilfenidato no Brasil, destacando tanto sua aplicação terapêutica no tratamento do TDAH quanto o crescimento preocupante do uso off label por estudantes universitários. A partir da análise de diferentes abordagens metodológicas, foi possível compreender que, embora o medicamento demonstre eficácia clínica quando prescrito de forma adequada, seu uso indiscriminado, sem diagnóstico médico e acompanhamento profissional, pode gerar riscos significativos à saúde física e mental dos usuários.

Observou-se também que o conhecimento sobre o mecanismo de ação do fármaco e seus efeitos adversos ainda é restrito para parte dos usuários, o que contribui para a banalização do seu consumo, muitas vezes impulsionado por pressões acadêmicas, influência midiática e ausência de orientações adequadas. Nesse contexto, a atuação do farmacêutico se revela como elemento central na promoção do uso racional de medicamentos, especialmente aqueles sujeitos a controle especial, como o metilfenidato.

A contribuição deste estudo está em ampliar a discussão sobre os impactos do uso não terapêutico de psicoestimulantes e reforçar a importância da atuação farmacêutica além da logística e da dispensação. A atenção farmacêutica, respaldada pela Política Nacional de Medicamentos, deve incluir práticas educativas e preventivas, além da integração com equipes multiprofissionais, promovendo o cuidado e a segurança do paciente com base em condutas éticas e humanizadas.

Entretanto, o estudo também evidencia lacunas importantes. São necessários mais estudos nacionais com recortes regionais, especialmente de abordagem qualitativa, que explorem as motivações, percepções e experiências de usuários que consomem o metilfenidato sem prescrição. Além disso, há escassez de pesquisas que avaliem diretamente a atuação do farmacêutico na prevenção do uso abusivo desses medicamentos, bem como a eficácia de intervenções educativas no ambiente universitário.

Por fim, recomenda-se a criação de grupos interdisciplinares voltados à promoção do uso racional de medicamentos e à construção de práticas mais conscientes e humanizadas no contexto acadêmico, contribuindo não apenas para a prevenção do uso indevido do metilfenidato, mas também para o fortalecimento do papel social e clínico do farmacêutico.

REFERÊNCIAS

- ANVISA. **Metilfenidato**. 2010. Disponível em: www.crf-rj.org.br. Acesso em: 10 maio 2024.
- ANVISA. Prescrição e consumo de metilfenidato no Brasil: identificando riscos para o monitoramento e controle sanitário. **Boletim de Farmacoepidemiologia do Sistema Nacional para Gerenciamento de Produtos Controlados**, Brasília, n. 2, p.1-14, jul./dez., 2012. Disponível em: http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/c4038b004e996487ada1af8a610f4177/boletim_sngpc_2_2012+corrigido+2pdf?MOD=APJERES. Acesso em: 16 set. 2024.
- ALDRIGUE, R. F. T. *et al.* Análise da completude de prescrições médicas dispensadas em uma farmácia comunitária de Fazenda Grande – Paraná (Brasil). **Acta Farm. Bonaraense**, Buenos Aires, v. 25, n. 3, p. 454 – 459, 2006.
- ANDRADA, J. G. de; CARVALHO, A. S. de. O uso de ritalina em pacientes com TDAH. **Revista Ibero - Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [s. l.], v. 9, n. 4, p. 9544–9554, 2023. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/9854>. Acesso em: 16 set. 2024.
- ANDRADE, L. da S. *et al.* Ritalina uma droga que ameaça a inteligência. **Rev. Med. Saúde**, Brasília, v., n. 1, p. 99-112, 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Medicamentos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.
- BRUNTON, L. L.; CHABNER, B. A.; KNOLLMANN, B. C. **As bases farmacológicas da terapêutica de Goodman & Gilman**. 12. ed. Rio de Janeiro: Artmed, 2012.
- BUŽANČIĆ, I.; PEJAKOVIĆ, T.I.; HADŽIABDIĆ, M.O. A Need for Benzodiazepine Deprescribing in the COVID - 19 Pandemic: A Cohort Study. **Pharmacy**, [s. l.], v. 10, n. 5, p. 120, 2022.
- CASTRO B, BRANDÃO, E. R. Aprimoramento cognitivo e uso de substâncias: um estudo em torno da divulgação midiática brasileira sobre “smart drugs” e nootrópicos. **Revista Teoria e Cultura**, [s. l.], v. 15, n. 2, jul. 2020.
- CERQUEIRA, N. S. V. B.; ALMEIDA, B. do C.; CRUZ JUNIOR, R. A. Uso indiscriminado de metilfenidato e lisdexanfetamina por estudantes universitários para aperfeiçoamento cognitivo. **Revista Ibero - Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [s. l.], v. 7, n. 10, p. 3085–3095, 2021. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/3014>. Acesso em: 13 maio 2024.
- CHEFFER, M. H. *et al.* Utilização de metilfenidato por usuários do sistema público de saúde em municípios da região Oeste do Paraná. **Revista Cereus**, [s. l.], v. 13, n. 2, p. 230-244, Jun. 2021.
- CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. **Resolução nº 357 de 20 de abril de 2001**. Aprova o regulamento técnico das Boas Práticas de Farmácia. Brasília: Conselho Federal de Farmácia, 2001. Disponível em: <http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/357.pdf>. Acesso em: 15 set. 2024.
- CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. **Resolução nº417 de 29 de setembro de 2004**. Aprova o código de Ética da Profissão Farmacêutica. Brasília: Conselho Federal de Farmácia, 2004. Disponível em: <http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/417.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2024.

FINGER, G.; SILVA, E. R.; FALAVIGNA, A. Use of methylphenidate among medical students: a systematic review. **Rev. Assoc. Med. Bras.**, São Paulo, v. 59, n. 3, p. 285 - 289, junho 2013.

MADRIAGA, A. G.; SENNA JUNIOR, V. A. de. Perspectiva do farmacêutico no uso da ritalina por acadêmicos. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [s. l.], v. 7, n. 10, p. 910–920, 2021. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/2626>. Acesso em: 10 nov. 2024.

MADRUGA, C. M. D.; SOUZA, E. S. M. **Manual de orientações básicas para prescrição médica**. Brasília: CRM-PB/CFM, 2011. Disponível em: <https://portal.cfm.org.br/images/stories/biblioteca/cartilhaprescimed2012.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2024.

NASÁRIO, B. R.; MATOS, M. P. P. Uso não prescrito de metilfenidato e desempenho acadêmico de estudantes de medicina. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [s. l.], v. 42, p. e 235853, 2022.

PASTURA, G.; MATTOS, P. Efeitos colaterais do metilfenidato. **Rev. Psiqu. Clín.**, [s. l.], v. 31, n. 2, p. 100-104, 2004.

RAPKIEWICZ, J. C.; GROBE, R. **Manual para Dispensação de Medicamentos Sujeitos à Controle Especial**. 4 ed. Curitiba: CRF-PR, 2015. Disponível em: http://www.crfpr.org.br/uploads/noticia/20528/manual_cim_2015.pdf. Acesso em: 15. set. 2024.

ROCHA, D. B. M. *et al.* **Uso de metilfenidato por acadêmicos do curso de medicina do Centro Universitário de Anápolis - UNIEVANGÉLICA**. 2020. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Medicina) – Universidade Evangélica de Goiás, Anápolis, 2020.

SILVA ANDRADE, L. da *et al.* Ritalina, uma droga que ameaça a inteligência. **Revista de Medicina e Saúde**, Brasília, v. 7, n. 1, 2018.

SOUSA, M. T. de; SILVA, M. D. da; CARVALHO, R. de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1679-45082010RW1134>. Acesso em: 30 nov. 2024.

Enviado em: 30/04/2025
Aprovado em: 08/07/2025